

J O R N A L D O  
**CRM-ES**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ano 15 - N.º 73 - 2013



**Impresso Especial**

9912258150/2010-DR/ES  
Conselho Regional de  
Medicina do Est. do ES  
CORREIOS

www.crm-es.org.br

# Novos conselheiros assumem Gestão 2013 - 2018

Empossados dia 1.º de outubro, os 40 conselheiros - 20 titulares e 20 suplentes – assumiram a nova gestão com o compromisso de trabalhar por políticas públicas que resultem em melhores condições de trabalho e de atendimento à população, bem como em remuneração digna para a categoria médica. Como presidente da Autarquia capixaba foi eleito o pediatra Severino Dantas Filho.

p. 6 a 9

## Avaliação da gestão

Ao passar o comando do CRM-ES, o ex-presidente Aloizio Faria de Souza avalia sua atuação e fala dos desafios da próxima gestão

p. 3

## Ato Médico

Mesmo com a manutenção dos vetos à Lei 12.842/2013, diagnóstico e prescrição continuam sendo exclusividades médicas

p. 9

## Mais Médicos

Registro para intercambistas será dado pelo Ministério da Saúde, mas Conselho de Medicina fica com apuração e julgamento de denúncias

p. 10 e 11



# O trabalho continua

Desrespeito gritante às leis do Brasil e à democracia, as ações do governo brasileiro na tentativa de mascarar sua incapacidade de solucionar o caos na saúde pública indicam o cenário conturbado que os médicos, por meio de suas entidades de classe, enfrentarão pelo menos até o final do Governo Dilma Rousseff.

É com essa triste realidade que os novos conselheiros que compõem as autarquias regionais iniciaram suas atividades. No Espírito Santo, no dia 1.º de outubro a Gestão 2013 – 2018 tomou posse. Na bagagem, uma trajetória de lutas.

Se não todos, mas a grande maioria dos conselheiros que assumiram essa nova gestão possui um histórico de luta e de trabalho em defesa da classe médica em movimentos pelo cooperativismo médico, pela causa sindical, pelo associativismo, enfim, em atividades que colaboraram para o fortalecimento dos médicos capixabas.

Tenho orgulho de integrar esse grupo, que, a partir de agora, ficará ainda mais unido na defesa da qualidade da saúde pública capixaba. Agradeço a confiança depositada em mim como liderança desse conceituado

e ativo grupo e posso afirmar que a experiência obtida ao longo dos últimos cinco anos como secretário-geral do CRM-ES permitirá a realização de um trabalho centrado na ética e no fortalecimento da nossa categoria.

Temos pela frente uma longa e estratégica batalha em prol da melhoria do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e da melhoria do relacionamento com as operadoras de planos de saúde. Na realidade, são os velhos problemas com novas roupagens.

Parecem vírus em mutação. Como o da gripe, por exemplo, que mesmo combatido insiste em avançar e em encontrar brechas para surgir com uma nova versão. A solução para o controle pode demorar, mas o combate é imediato e, ao longo do tempo, se mostra eficiente.

Também estamos em mutação, renovados por novos conselheiros, novas mentes em busca de estratégias e de soluções eficientes para a melhoria da saúde brasileira. Juntos somos mais fortes e ainda mais eficientes. Estamos na luta!

**Severino Dantas Filho**  
Conselheiro-Presidente do CRM-ES



Publicação oficial do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo

## CRM-ES

Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228,  
Bento Ferreira, Vitória-ES. CEP 29.050-730  
Telefax (27) 2122-0100 / www.crm-es.org.br

### Presidente: Severino Dantas Filho

Aloizio Faria de Souza (Vice-Presidente) • Celso Murad (Secretário-Geral) • Delson de Carvalho Soares (1.º Secretário) • Erick Freitas Curi (2.º Secretário) • Aron Stephen Toczek Souza (1.º Tesoureiro) • Fabiano Pimentel Pereira (2.º Tesoureiro) • Thales Gouveia Limeira (Corregedor) • Alvaro Lopes Vereno Filho (Subcorregedor) • Fernando Ronchi (Diretor de Informática) • Roberto Gomes (Vice-Diretor de Informática) • Suely Ferreira Rabello (Ouvidora).

**Conselheiros efetivos:** Aloizio Faria de Souza, Alvaro Lopes Vereno Filho, Ana Maria Ramos, Aron Stephen Toczek Souza, Carlos Magno Pretti Dalapicola, Celso Murad, Delson de Carvalho Soares, Erick Freitas Curi, Fabiano Pimentel Pereira, Fernando Ronchi, Hiram Augusto Nogueira, Jorge Luiz Kriger, Jose Renato Harb, Luis Claudio Limongi Horta, Marcelo Almeida Guerzet, Roberto Gomes, Rosane Ottoni Passos, Severino Dantas Filho, Suely Ferreira Rabello, Thales Gouveia Limeira, Vera Lucia Ferreira Vieira.

**Conselheiros suplentes:** Adriano Carlos de Souza Oliveira, Alcides Viana Moraes, Ana Daniela Izoton de Sadovsky, Aureo Lucio Melo Zanon, Carlos Pimentel Moschen, Firmino Braga Neto, Flavio Takemi Kataoka, Gustavo Antonio Reis Lopes Picallo, Hudson Soares Leal, Jaime Ribeiro Coellho, Jobson Bortot, Jose Aid Soares Sad, Jose Magno Bufon, Lia Marcia Massini Canedo, Paulo Vicente de Stefano, Perácio Lora Soares, Regina Celia Tonini, Rosana Alves, Ruy Lora Filho, Ubirajara Moulin de Moraes, Viviane Oliveira Lisboa Tacla.

### DELEGACIAS SECCIONAIS

#### NORTE CAPIXABA

**Efetivos:** Luiz Fernando Mendonça de Oliveira, Rafaela Figueira Caetano Azevedo, Jorge Luiz Mendes, André Ideraldo Andreazi Goltara, Mozart Moreira Hemerly.  
**Suplentes:** Ronaldo José Thomazini, Vânia Maurício Lisboa David, Itamar Soares Dias, Juliano César Guimarães Sena, Fábio Furlin.

#### LINHARES

**Efetivos:** Thereza Cristina Prest Mattedi, Frederico Lamego de Souza, Sérgio Roberto Peres Sales, Joel Ancelmo Giuberti, Arthur Luiz Magnago Heleodoro.  
**Suplentes:** Aderluce Márcia Pedroni Silva, Bruno Baião Luquini, Antônio Pereira de Assunção Sobrinho, Alex Fernando Sesana, Maurício José de Souza.

#### SECCIONAL SUL

**Efetivos:** Antônio Jorge Abib Netto, Fabíola de Freitas Moraes, João Carlos Serafim, Newton Araújo Junior, Sebastião Casotti Vidaurre.  
**Suplentes:** Fernando Luiz Ribeiro Nunes, Gediel Teixeira Xavier, Laci Casotti Fregonassi Ribeiro, Marcos Vinício Pinheiro, Rachel Almeida dos Santos.

#### VALE DO RIO DOCE

**Efetivos:** Anette Murad de Oliveira, Edson Domingos Margotto, Marcelo dos Santos Costa, Márcia Lyra Quintães Galvão Soares, Sandra Helena Pereira.  
**Suplentes:** Anna Selma Perini Fiorot Dell Santo, Carlos Henrique Woelffel Naumann, Dionísio Roque Boschetti Junior, George da Silva Carvalho, Maria Helena de Martin Lazzari.

#### Jornal do CRM-ES

Jornalista responsável  
Cileide Zanotti – MTb 463/89

#### Conselho Editorial

Aloizio Faria de Souza, Hiram Augusto Nogueira, Severino Dantas Filho, Thales Gouveia, Wesley Pini-tente Fabiano.

#### Editoração Eletrônica e Projeto Gráfico

Comunicação Impressa  
(27) 3229-0299 / 3319-9062

#### Fotos

Arquivo CRM-ES

#### Impressão

Dossi Editora Gráfica Ltda. – (27) 3328-4642

# É hora de ir além

Após transferir o cargo de Presidente do CRM-ES para o médico Severino Dantas Filho, Aloízio Faria de Souza dá sua opinião sobre o trabalho realizado nos últimos cinco anos à frente da Autarquia capixaba

**Jornal do CRM-ES – Em outubro o CRM-ES ganhou um novo presidente. Como o senhor avalia esses últimos cinco anos em que ficou à frente do Conselho?**

**Aloízio Faria de Souza** – Foram anos de muitos desafios e trabalho árduo. Não é fácil implantar mudanças, gerar resultados e lutar por melhorias na área da saúde. Há cinco anos, quando iniciamos nossa gestão, fizemos um leque de propostas pelas quais lutamos para realizar. Chegamos ao final do nosso mandato coroados com a Certificação de Regularidade emitida pelo Conselho Federal de Medicina – uma titulação inédita na história do CRM-ES. Incluímos na grade curricular do Programa de Educação Médica Continuada (PEC) orientações administrativas voltadas para a boa prática médica. Além disso, intensificamos a fiscalização e denunciemos aos gestores de todas as esferas públicas ligadas à saúde, inclusive à presidente Dilma Rousseff, as péssimas condições de atendimento nas unidades de saúde do nosso Estado e a necessidade urgente de melhorias. Tudo está devidamente documentado. Agimos com o rigor que a situação exigia e não nos omitimos em momento algum. A Gestão 2008 – 2013 passou o comando para a Gestão 2013 – 2018 com a certeza do dever cumprido e de que o trabalho em defesa da ética médica terá continuidade.

**– O que destacar da sua gestão?**

– A ampla reforma administrativa, embasada nos resultados da Auditoria Externa Independente e da Controladoria Interna, que resultou em boas práticas com o recebimento de Certificação de Regularidade pelo Conselho Federal de Medicina; a redução de 35% nos gastos administrativos; o aprimoramento do serviço de Ouvidoria; as reformas físicas planejadas e com objetivos pré-definidos; a implementação de um plano de carreira e salários para os servidores do CRM-ES; a contratação de novos funcionários por concurso público; a implementação do projeto CRM móvel (aquisição e equipamento de uma van para prestar

atendimento administrativo aos médicos fora da sede do Conselho) e a aquisição de novos veículos para intensificar a fiscalização.

**– Isso significa que a nova gestão trilhará um caminho mais fácil ou com um rumo já definido?**

– De forma alguma. Certamente com a casa arrumada o trabalho flui de forma mais segura, mais confiante. Como o grupo que assumiu a nova gestão tem afinidade com o grupo que saiu, inclusive com alguns conselheiros que fizeram parte da nossa gestão, entendo que teremos uma administração de continuidade, com o trabalho fluindo de forma mais segura, mais eficiente, procurando ampliar as conquistas e também enfrentando novos obstáculos. Isso significa avanços, mas levando em consideração as últimas decisões do governo federal, nada será fácil. Aliás, nunca foi fácil. Os desafios são constantes e a cada dia surge uma nova medida, uma ação inesperada e conturbada dos gestores públicos.

**– O Programa Mais Médicos é um exemplo de “ação inesperada”?**

– Talvez este seja o melhor exemplo. O governo federal está tentando jogar nas costas dos médicos o fracasso de sua competência para gerir a saúde pública. Faltam investimentos na saúde, em todos os níveis de governo, o que leva os médicos a recusar trabalho em locais sem qualquer condição de atendimento e em outros cujos salários são ínfimos. O governo federal, por exemplo, investe muito pouco na saúde, principalmente quando comparado aos investimentos em estádios de futebol para atender à Fifa. E o pior: quer obrigar o médico a aceitar tais desproporções. Aí, como enfrentamos o problema de frente e mostramos a dura realidade, o governo importa médicos de outros países como se a simples presença de um profissional fosse resolver o problema. Sem equipamentos, sem condições de trabalho, não existe saúde. Isso tudo é um grande engodo que muita gente está engolindo. Não



adianta contratar vários cozinheiros e não comprar alimentos para serem preparados e nem equipar satisfatoriamente a cozinha. A população não está vendo que o médico, sozinho, não consegue resolver os problemas da saúde. Infelizmente, isso só será percebido mais tarde.

**– Podemos considerar esse um grande desafio para a nova gestão que assumiu o comando do CRM-ES?**

– Certamente. Esse populismo munido de autoritarismo do Governo Dilma Rousseff ainda vai dar muita dor de cabeça para a saúde pública e, conseqüentemente, para as entidades médicas. Estamos buscando o devido apoio jurídico para nossas ações, mas o trabalho é árduo, não é tão fácil assim. O governo federal contrata médicos estrangeiros com claras evidências de regime de semiescravidão, sem respeitar as leis brasileiras vigentes, e ainda temos de recorrer à Justiça para tentar, entendam bem, tentar colocar um fim nessa situação.

**– E sobre o processo eleitoral que elegeu a nova gestão? Qual a sua avaliação?**

– Como prevíamos, foi agitado, como toda disputa que envolve mais de um concorrente ao mesmo cargo. Mas trabalhamos com ética e não deixamos qualquer pergunta ou dúvida no ar. Procuramos responder e esclarecer todos os questionamentos e acredito que conseguimos. Estamos aqui, na Gestão 2013-2018.

**– O senhor agora é vice-Presidente do CRM-ES. Quais as suas propostas?**

– Colaborar com o Presidente nas diretrizes do Conselho e na implantação dos projetos e das ações para a melhoria das condições da saúde no nosso Estado, o que inclui melhores condições de trabalho e de remuneração para a classe médica.

## Saúde pública 1

Quase 13 mil leitos foram desativados na rede pública de saúde desde janeiro de 2010. Naquele mês, o Sistema Único de Saúde (SUS) contava com 361 mil leitos, número que, em julho deste ano, caiu para 348.303. As informações foram apuradas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde. O período escolhido levou em conta informação do próprio governo de que os números anteriores a 2010 poderiam não estar atualizados.

Para o presidente do CFM, Roberto Luiz d'Ávila, os dados



revelam, de forma contraditória, o favorecimento da esfera privada em detrimento da pública na prestação da assistência à saúde. “Estes números são apenas um dos desdobramentos do subfinanciamento público no Brasil, principal responsável pelas dificuldades do SUS. Convocar mais médicos e oferecer menos leitos me parece uma contradição. Isso é jogar sob a responsabilidade dos médicos esse cenário de abandono do sistema público de saúde”.

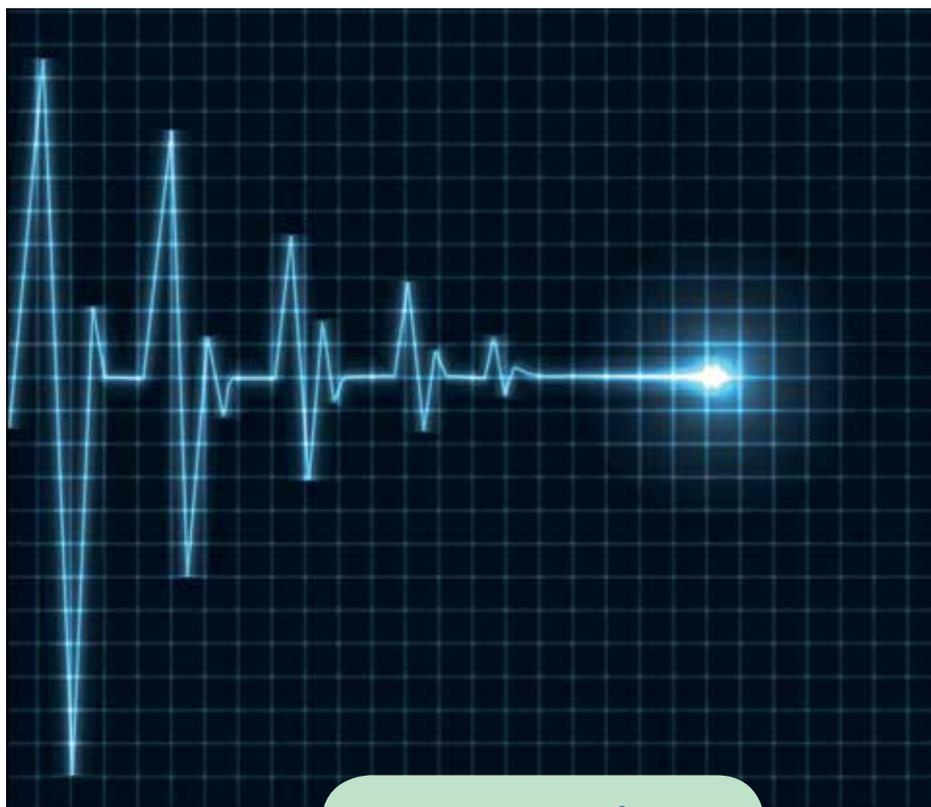
## Saúde pública 2

As especialidades mais atingidas com o corte de leitos foram psiquiatria (-7.449 leitos), pediatria (-5.992), obstetrícia (-3.431) e cirurgia geral (-340). Em números absolutos, os estados das regiões Sudeste e Nordeste foram os que mais sofreram redução no período. Só no Rio de Janeiro, 4.621 leitos foram desativados desde 2010. No Espírito Santo, foram cortados 239 leitos nesse mesmo período, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde.

## Ação contra más condições do PA de Guarapari



O CRM-ES entrou, no dia 31 de julho, com uma ação civil pública contra o pronto-atendimento (PA) de Guarapari pelas más condições do local e pela realização de partos no local. Os PAs são unidades onde não podem ser realizados partos ou procedimentos cirúrgicos. A ação do CRM-ES foi protocolada na Vara Federal Cível de Vitória.



## Teste ergométrico deve ser acompanhado por médico

De acordo com a Resolução CFM n.º 2.021/2013, o médico deve acompanhar todas as etapas do teste ergométrico aplicado ao paciente e precisa estar habilitado e devidamente capacitado para atender emergências cardiovasculares que por ventura ocorram, sendo considerada falta de ética a delegação do acompanhamento desse tipo de exame a outro profissional da área da saúde. Entre os aspectos que devem ser observados pelos médicos na aplicação do teste está a necessidade de obter consentimento esclarecido do paciente ou de seu representante legal. Em caso de menores de idade, pais ou responsáveis devem permanecer na sala de exame. No entendimento do CFM, sua aplicação exige solicitação por escrito.

## Teste ergométrico

A Resolução CFM n.º 2.021/2013 explica que “o teste ergométrico é um procedimento em que o paciente é submetido a um esforço físico programado e individualizado com a finalidade de avaliar as respostas clínica, hemodinâmica, autonômica, eletrocardiográfica, metabólica e, eventualmente, ventilatória ao exercício. Ele configura um método universalmente aceito para o diagnóstico de doenças cardiovasculares e é também útil na determinação prognóstica e na avaliação da resposta terapêutica, da tolerância

ao esforço e de sintomas compatíveis com arritmias.” A liberação do paciente só deve acontecer após o restabelecimento de suas condições de repouso adequadas. Para aprovar a medida, o CFM levou em consideração vários aspectos, como o fato de que o teste só pode ser realizado por solicitação médica e que a emissão do laudo seja precedida de interpretação clínica, hemodinâmica, autonômica e eletrocardiográfica, além de orientação do indivíduo para retorno ao médico assistente.



## Ação contra más condições do Hospital São Lucas



No dia 1.º de agosto, o CRM-ES entrou com uma ação civil pública, na Vara Federal Cível de Vitória, contra o Hospital Estadual São Lucas. “As condições do hospital estão péssimas, com pacientes graves ‘internados’ nos corredores. Esperamos que a Justiça

determine ao Governo do Estado que sejam disponibilizados recursos para a solução desse grave problema. Estamos convivendo com mortes evitáveis. É preciso dar um basta nesse cenário de guerra”, informou o ex-presidente do CRM-ES, Aloízio Faria de Souza.

## Cooperação técnica com MPF

Um acordo de cooperação técnica foi formalizado entre o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Ministério Público Federal (MPF) para garantir à população acesso à saúde de qualidade. O documento foi entregue à procuradora-geral da República, Helenita Acioli, em cerimônia realizada no dia 3 de setembro, na sede do CFM, em Brasília.

O CFM propôs ao MPF a criação de um grupo de trabalho para responder questionamentos sobre a suficiência da quantidade de leitos na rede pública. As informações sobre os cerca de 13 mil leitos desativados na rede pública de saúde desde janeiro de 2010 foram entregues à procuradora-geral como primeiro desdobramento desse acordo de cooperação técnica. O objetivo é identificar os reais motivos para essa redução de leitos e o custo médio para mantê-los ativados.

A procuradora Helenita Acioli informa que “o Ministério Público tem grande preocupação com a defesa dos direitos fundamentais, entre eles o direito à vida e à saúde. Penso que o acordo dará bons frutos no futuro”, afirmou.

## Carreira de Estado para o médico

O Conselho Federal de Medicina (CFM) está propondo a criação de uma carreira de Estado para o médico do SUS, que viria acompanhada de outras carreiras, como a de cirurgões-dentistas, enfermeiros, farmacêuticos e bioquímicos. Dessa forma, os médicos terão o estímulo necessário para migrar e se fixar em áreas de difícil provimento, assim como fizeram juízes e promotores públicos, também contemplados por medida semelhante.



## Agressão à legislação

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e os conselhos regionais de Medicina (CRMs) reafirmaram, por meio de nota oficial divulgada no dia 21 de agosto, suas críticas ao Programa “Mais Médicos”, que “tem se configurado como um instrumento de agressão à legislação brasileira e à democracia”. As entidades alertam a sociedade e a Justiça contra os abusos praticados no âmbito do Programa, que “incluem o desrespeito à lei que exige validação de diplomas obtidos no exterior, a precarização das relações de trabalho, a existência de situações análogas à semiescavidão entre médicos e o descaso na montagem de uma rede de atendimento que seja eficaz e eficiente”.



## Botão do pânico

Por indicação do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes), o botão do pânico em hospitais e escolas públicas pode se tornar lei estadual. A proposta, que se tornou projeto de lei, foi protocolizada pelo deputado estadual Hércules Silveira, no dia 30 de setembro, em locais com alto índice de criminalidade.

A intenção é fornecer segurança para os agentes públicos que trabalham em locais de risco e foi uma indicação do Simes ao deputado Hércules Silveira. Pelo projeto de lei, as unidades de saúde e as escolas que receberão o botão do pânico serão definidas pelas secretarias de Estado da Saúde e da Educação, que considerarão os índices de violência em cada região.

# Em prol da Medicina



CRM-ES dá posse aos novos conselheiros, que garantem manter a luta por melhores condições de trabalho

Batalhar incansavelmente por políticas públicas que assegurem remuneração digna e estrutura física de trabalho compatível com a profissão de Médico. Este é o propósito dos 40 conselheiros – 20 titulares e 20 suplentes – eleitos pela categoria médica para administrar o Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) nos próximos cinco anos. Eles foram empossados no Auditório da Autarquia, em sessão plenária realizada em 1.º de outubro.

A sessão foi aberta pelo então presidente do CRM-ES, Aloízio Faria de Souza, que empossou os novos conselheiros, dos quais dois indicados pela Associação Médica do Estado do Espírito Santo (Ames), conforme preceitua o Artigo 13 da Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957, que regulamenta o funcionamento dos conselhos de Medicina. São eles: Ana Maria Ramos, como membro efetivo, e Jobson Bortot, como suplente. Foram anunciados ainda os conselheiros efetivos que atuarão como delegados nas seccionais do interior do Estado.

Confira, no quadro a seguir, os nomes dos conselheiros empossados no último dia 1.º e dos delegados para as seccionais do interior.

## Composição do CRM-ES Gestão 2013-2018

### DIRETORIA

#### PRESIDENTE

Severino Dantas Filho

#### VICE-PRESIDENTE

Aloízio Faria de Souza

#### SECRETÁRIO-GERAL

Celso Murad

#### 1.º SECRETÁRIO

Delson de Carvalho Soares

#### 2.º SECRETÁRIO

Erick Freitas Curi

#### 1.º TESOUREIRO

Aron Stephen Toczek Souza

#### 2.º TESOUREIRO

Fabiano Pimentel Pereira

#### CORREGEDOR

Thales Gouveia Limeira

#### SUBCORREGEDOR

Alvaro Lopes Vereno Filho

#### DIRETOR DE INFORMÁTICA

Fernando Ronchi

#### VICE-DIRETOR DE INFORMÁTICA

Roberto Gomes

#### OUIDORA

Suely Ferreira Rabello



A nova Diretoria do CRM-ES. Da esquerda para a direita, atrás: Fabiano Pimentel Pereira, Celso Murad, Thales Gouveia Limeira, Aloízio Faria de Souza, Alvaro Lopes Vereno Filho, Roberto Gomes. Na frente: Erick Freitas Curi, Suely Ferreira Rabello, Severino Dantas Filho, Fernando Ronchi, Aron Stephen Toczek Souza

## Conselheiros Efetivos

- ▶ Aloízio Faria de Souza
- ▶ Alvaro Lopes Vereno Filho
- ▶ Ana Maria Ramos
- ▶ Aron Stephen Toczec Souza
- ▶ Carlos Magno Pretti Dalapicola
- ▶ Celso Murad
- ▶ Delson de Carvalho Soares
- ▶ Erick Freitas Curi
- ▶ Fabiano Pimentel Pereira
- ▶ Fernando Ronchi
- ▶ Hiram Augusto Nogueira
- ▶ Jorge Luiz Kriger
- ▶ Jose Renato Harb
- ▶ Luis Claudio Limongi Horta
- ▶ Marcelo Almeida Guerzet
- ▶ Roberto Gomes
- ▶ Rosane Ottoni Passos
- ▶ Severino Dantas Filho
- ▶ Suely Ferreira Rabello
- ▶ Thales Gouveia Limeira
- ▶ Vera Lucia Ferreira Vieira

## Conselheiros Suplentes

- ▶ Adriano Carlos de Souza Oliveira
- ▶ Alcides Viana Moraes
- ▶ Ana Daniela Izoton de Sadovsky
- ▶ Aureo Lucio Melo Zanon
- ▶ Carlos Pimentel Moschen
- ▶ Firmino Braga Neto
- ▶ Flavio Takemi Kataoka
- ▶ Gustavo Antonio Reis Lopes Picallo
- ▶ Hudson Soares Leal
- ▶ Jaime Ribeiro Coelho
- ▶ Jobson Bortot
- ▶ Jose Aid Soares Sad
- ▶ Jose Magno Bufon
- ▶ Lia Marcia Massini Canedo
- ▶ Paulo Vicente de Stefano
- ▶ Perácio Lora Soares
- ▶ Regina Celia Tonini
- ▶ Rosana Alves
- ▶ Ruy Lora Filho
- ▶ Ubirajara Moulin de Moraes
- ▶ Viviane Oliveira Lisboa Tacla

## Delegados da Seccional Norte

### EFETIVOS

- ▶ Luiz Fernando M. de Oliveira
- ▶ Rafaela Figueira Caetano Azevedo
- ▶ Jorge Luiz Mendes
- ▶ André Ideraldo Andreazi Goltara
- ▶ Mozart Moreira Hemerly

### SUPLENTES

- ▶ Ronaldo José Thomazini
- ▶ Vânia Mauricio Lisboa David
- ▶ Itamar Soares Dias
- ▶ Juliano César Guimarães Sena
- ▶ Fábio Furlin

## Delegados da Seccional Sul

### EFETIVOS

- ▶ Antônio Jorge Abib Netto
- ▶ Fabíola de Freitas Moraes
- ▶ João Carlos Serafim
- ▶ Newton Araújo Junior
- ▶ Sebastião Casotti Vidaurre

### SUPLENTES

- ▶ Fernando Luiz Ribeiro Nunes
- ▶ Gediel Teixeira Xavier
- ▶ Laci Casotti Fregonassi Ribeiro
- ▶ Marcos Vinício Pinheiro
- ▶ Rachel Almeida dos Santos

## Delegados da Seccional Linhares

### EFETIVOS

- ▶ Thereza Cristina Prest Mattedi
- ▶ Frederico Lamego de Souza
- ▶ Sérgio Roberto Peres Sales
- ▶ Joel Ancelmo Giuberti
- ▶ Arthur Luiz Magnago Heleodoro

### SUPLENTES

- ▶ Aderluce Márcia Pedroni Silva
- ▶ Bruno Baião Luquini
- ▶ Antônio P. de Assunção Sobrinho
- ▶ Alex Fernando Sesana
- ▶ Maurício José de Souza

## Delegados da Seccional Vale do Rio Doce

### EFETIVOS

- ▶ Anette Murad de Oliveira
- ▶ Edson Domingos Margotto
- ▶ Marcelo dos Santos Costa
- ▶ Márcia Lyra Q. Galvão Soares
- ▶ Sandra Helena Pereira

### SUPLENTES

- ▶ Anna Selma P. Fiorot Dell Santo
- ▶ Carlos H. Woelffel Naumann
- ▶ Dionísio Roque Boschetti Junior
- ▶ George da Silva Carvalho
- ▶ Maria Helena de Martin Lazzari



Os novos conselheiros empossados dia 1.º de outubro



# Nova diretoria destaca a importância da união da classe médica

Logo após a posse dos novos conselheiros, o então presidente, Aloízio Faria de Souza, convocou o conselheiro titular mais antigo, o pediatra Severino Dantas Filho, para presidir a sessão plenária dali em diante e conduzir a eleição da Diretoria do CRM-ES. Foram então convocados, dos 40 conselheiros, os 20 efetivos para escolher os novos



Severino Dantas Filho, novo Presidente do CRM-ES, em seu discurso de posse

diretores da Autarquia para a Gestão 2013-2018.

O presidente eleito pelos membros titulares do Conselho foi o próprio Severino Dantas Filho. Ao agradecer a confiança demonstrada com a indicação de seu nome para o cargo de Presidente e de agradecer também a atuação de Aloízio Faria de Souza à frente do Conselho na gestão anterior, ele ressaltou que a união da categoria é fundamental neste momento em que a classe médica brasileira está sendo “humilhada” pelo governo federal.

Dantas se referia à importação de médicos estrangeiros por parte do governo federal. “Não somos contra a importação de médicos cubanos, mas contra a forma como a situação vem sendo conduzida. Por esse motivo, temos de reunir esforços e agir com ética para exigir que a Medicina seja exercida somente por profissionais capacitados.”

## Resgate

O novo presidente se referiu ao trabalho que o CRM-ES deve realizar para resgatar a qualidade do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de permitir o acesso à saúde pública a todos os cidadãos, “sejam

ricos, sejam pobres”. Salientou ainda a necessidade de se resgatar também uma relação médico-paciente mais pessoal e mais humana.

Aos novos conselheiros, Dantas informou que a Presidência estabelecerá horários para eles atuarem na Autarquia, garantindo atendimento principalmente aos médicos que vêm do interior. “Temos de estar mais presentes e dar um pouquinho de nosso tempo para o CRM, colaborando permanentemente para que ele continue sendo um dos conselhos mais respeitados do Brasil.”

O novo presidente também reafirmou a parceria com as escolas médicas, por meio dos coordenadores de curso, para que seja possível estabelecer um programa de ética médica permanente para os estudantes, respeitando sempre o que vem sendo feito pela grade curricular de cada instituição de ensino. “Prendemos dar aos alunos uma visão do CRM para que eles possam ter um melhor conhecimento de como funciona o Conselho”, acrescenta o Presidente.

## Fiscalização

O trabalho de fiscalização das unidades de saúde, bem como das

condições de trabalho médico nos programas de atenção básica está mantido e será feito com rigor. Assim como na gestão anterior, a atual documentará tudo e enviará os achados às autoridades competentes para que sejam de conhecimento público e para que as medidas cabíveis sejam adotadas. “Vamos continuar fiscalizando e cobrando soluções efetivas para as precárias condições das unidades públicas”, informa Dantas.

É preciso, informa ele, cobrar ações dentro do orçamento destinado à saúde pública. É preciso saber o que realmente vem sendo aplicado no setor. Dantas resalta que pretende criar uma comissão de políticas públicas (Pró-SUS) para acompanhar os gastos destinados à saúde.

No que diz respeito à remuneração da classe médica, o novo presidente do CRM-ES esclarece que “já está passando do momento de se criar um plano de carreira em âmbito municipal, estadual e federal para o médico. “Somente assim teremos mais médicos, sem necessidade de importar profissionais de outros países. Faltam no Brasil duas coisas: gestão eficiente e vontade política”, finaliza Severino Dantas Filho.

## Ex-presidente lamenta “momento triste” para a Medicina

Ao transferir para Severino Dantas Filho a Presidência do CRM-ES e ao se pronunciar como vice-presidente eleito para a Gestão 2013-2018, Aloízio Faria de Souza lamentou o “momento triste” pelo qual passa a Medicina no Brasil. “Atualmente, não vemos um estado democrático de direito. Vemos o governo federal pisando no pescoço da classe médica brasileira, ao fazer a opção pela quantidade, em detrimento da

qualidade, dos médicos importados para o País, comprometendo muito a principal a atividade dos conselhos, que é garantir para a sociedade a boa prática da Medicina.”

Aloízio deixou claro que o Conselho não é contrário à atuação de médicos estrangeiros no Brasil, desde que essa atuação respeite as normas legais. “O que o CRM defende é que esses médicos se submetam ao Revalida, para provar sua competência

profissional, e também demonstrem domínio do Português.”

Para o ex-presidente, a importação de médicos consiste numa medida “truculenta” do governo federal, “que tenta mostrar para a sociedade que a culpa do problema da saúde pública brasileira é da falta de médicos e não da falta de gestão e de recursos para o SUS”.

Declarando-se decepcionado com a ausência de investimentos na saúde

pública, por parte do governo federal, Aloízio avaliou como satisfatória sua gestão: “Cumprimos com nossa obrigação de fiscalizar a boa prática médica e de mostrar para a sociedade o sucateamento da saúde diante das péssimas condições de trabalho do médico e da falta crônica de leitos, equipamentos, materiais e medicamentos, que comprometem o atendimento decente daqueles 70% da população brasileira que dependem do SUS”.

# Diagnóstico e prescrição são exclusividades médicas

Mesmo com a manutenção dos vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei 12.842/2013, o CFM esclarece que os médicos continuam a ser responsáveis pelo diagnóstico de doenças e pela prescrição dos tratamentos.

Para evitar possíveis equívocos de interpretação, assegurar o bom atendimento e informar à população sobre seus direitos, o Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou comunicado, no dia seguinte à votação que manteve os 10 vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), esclarecendo cinco pontos básicos:

- 1) a manutenção dos vetos não implica em ampliação das competências e atribuições das outras 13 categorias da área da saúde;
- 2) os médicos continuam a ser responsáveis pelo diagnóstico de doenças e pela prescrição de tratamentos; os outros profissionais atuarão unicamente dentro do escopo de suas respectivas legislações, conforme jurisprudência dos tribunais superiores;
- 3) profissionais não médicos que realizarem atos de diagnóstico e de prescrição de doenças devem ser denunciados às autoridades por exercício ilegal da Medicina, crime previsto no Código Penal Brasileiro com penas que vão de seis meses a dois anos de prisão;
- 4) os pacientes devem ficar tranquilos, confiar sua saúde aos médicos, que têm assumido papel-chave na assistência, e cobrar dos gestores o investimento necessário para qualificar os serviços públicos de saúde;



- 5) os conselhos de Medicina ressaltam que estão atentos às possíveis irregularidades, como parte de sua missão de defender a qualidade da assistência, a boa prática médica e a proteção e a segurança da vida e da saúde dos pacientes.

Os demais profissionais da área da saúde deverão atuar dentro das atribuições previstas em suas legislações e conforme jurisprudência dos tribunais superiores. A decisão do Congresso, explica a Diretoria do CFM, não implica em ampliação das competências e das atribuições das outras 13 categorias da área da saúde. “As únicas

exceções possíveis para que outros profissionais da saúde realizem alguns tipos de diagnóstico e de prescrição ocorrem em situações determinadas em programas de promoção da saúde e de combate e prevenção a doenças”, esclarece a nota do Conselho Federal de Medicina.

## Riscos

O CFM também chama a atenção para o prejuízo que os vetos da presidente Dilma Rousseff trarão para os pacientes, especialmente aqueles atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

“Sem a garantia do que estava previsto no texto original do PLS 268/2002, o Governo poderá adotar protocolos oferecendo aos pacientes serviços realizados por profissionais sem a devida competência.”

A votação, no Congresso Nacional, que manteve os 10 vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei do Ato Médico foi apertada. Realizada na noite do dia 20 de agosto, a votação foi feita por meio de cédula única, em que os parlamentares marcaram se aceitavam ou não os vetos do Executivo. Para a derrubada dos vetos era necessário o apoio de 257 deputados e de 41 senadores.

A regra de votação sobre vetos da Presidência da República exige o mínimo de 257 deputados e 41 senadores a favor de sua derrubada. O CFM apurou que o número de deputados necessário para que os vetos caíssem foi atingido. Mas 40 senadores optaram pela manutenção dos vetos, enquanto 30 votaram pela derrubada e 11 se abstiveram.

## Outubro Rosa: juntos nessa causa

O Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) apoia e incentiva as ações de prevenção e de combate ao câncer. Neste mês de outubro, quando inúmeras instituições e empresas se vestem de rosa para chamar a atenção para a importância da detecção precoce da doença, o CRM-ES também veste a camisa e faz um alerta: coloque seus exames em dia! Previna-se contra o câncer!

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o número estimado de novos casos de câncer no Brasil é de 518.510 para os anos de 2012/2013. Desse total, 60 mil serão de próstata, 53 mil de mama feminina, 30 mil de cólon e reto, 27 mil de pulmão,

20 mil de estômago e 18 mil de colo do útero. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima, para o ano de 2030, 27 milhões de novos casos de câncer em todo o mundo e 17 milhões de mortes pela doença.

No Espírito Santo, somente no Hospital Santa Rita de Cássia (HSRC), unidade de referência para o tratamento de câncer, no período de 2005 a 2012 foram atendidos 3.600 casos de câncer de mama e mais de 2.000 casos de câncer de próstata, informa a presidente da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (Afecc), Telma Dias Ayres.

# Registro de intercambistas será dado pelo Ministério da Saúde

Ao Conselho de Medicina caberá a apuração e o julgamento de eventuais denúncias e irregularidades

Aprovada pelo Congresso no dia 8 de outubro, a Medida Provisória 621, que cria o Programa Mais Médicos, transferiu o registro dos médicos intercambistas para o Ministério da Saúde, mas acordo firmado com os parlamentares da base aliada do governo federal garante o fornecimento, aos conselhos regionais de Medicina, dos dados dos intercambistas, como local de trabalho e nome de tutores e de supervisores.

O entendimento mantido com a base aliada, segundo informações obtidas no Conselho

Federal de Medicina (CFM), não implica em adesão ou apoio ao Programa Mais Médicos. O CFM entende que essa proposta continua merecedora de críticas pela forma como vem sendo conduzida.

“A grande preocupação foi implantar mudanças no texto da Medida Provisória que assegurem ganhos para o exercício da Medicina e para a qualidade da assistência oferecida à população ante as pressões do Governo”, informa notícia publicada no site do CFM.

O presidente do Conselho Regional de

Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), Severino Dantas Filho, esclarece que a autarquia capixaba considera o Programa Mais Médicos oportunista, diante da forma como vem sendo implantado, e que continuará a lutar pela transformação do Mais Médicos em um programa que efetivamente garanta mais saúde para a população.

Diante das pressões e das discussões das entidades médicas com os parlamentares e o governo federal sobre o Mais Médicos, a Medida Provisória aprovada no dia 8 de outubro traz algumas mudanças. Veja no quadro ao lado.

## REGISTRO DE INTERCAMBISTAS

O registro dos estrangeiros ficará a cargo do Ministério da Saúde. Pelo acordo, o Governo informará aos conselhos regionais de Medicina todos os dados dos intercambistas, inclusive local de trabalho e nomes dos tutores e supervisores. Eles poderão se inscrever nos CRMs após aprovação no Revalida. Até lá, ficarão sob a fiscalização dos conselhos de Medicina, que vão apurar e julgar eventuais denúncias e irregularidades.

## PERMANÊNCIA

Aprovada redução do período de permanência do intercambista de seis anos para três anos, com a necessidade de aprovação no Revalida ao seu final.

## RESIDÊNCIA MÉDICA

Os egressos dos cursos de medicina terão um ano de atividade de residência médica na área de atenção básica, no SUS. A proposta inicial era de dois anos, incompatível com o processo de formação de especialistas.

## CERTIFICAÇÃO DE TÍTULOS

O reconhecimento da Associação Médica Brasileira (AMB) como instância legítima para expedir titulação de especialidades médicas, inicialmente excluída do relatório da MP 621, retornou após o entendimento.

## FÓRUM DE REGULAÇÃO

Retirada do Capítulo V do relatório final da MP, com a consequente não instalação de um fórum para estabelecer competências profissionais na área da saúde, resultou na garantia dos direitos determinados em lei para a atividade médica.

## CARREIRA DE ESTADO PARA O MÉDICO

Foi disciplinada a necessidade de o Estado implementar, em até três anos, carreira médica nacional, com acesso por concurso, remuneração adequada e condições de trabalho. Trata-se de conquista histórica para o movimento médico.

## Supremo convoca audiência pública sobre Programa Mais Médicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizará, nos dias 25 e 26 de novembro, uma audiência pública sobre o Programa Mais Médicos, instituído pela Medida Provisória (MP) 621/13. A audiência foi designada pelo ministro Marco Aurélio, relator das ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) 5.035 e 5.037, relativas ao assunto.

As exposições ocorrerão no dia 25, das 9h às 18 horas, e no dia 26, das 9h às 12h40, na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF, em Brasília. “Esclareço que o objetivo é analisar, do ponto de vista sistêmico, as vantagens e desvantagens da política pública formulada”, ressaltou o ministro Marco Aurélio. Segundo ele, a participação de pessoas com experiência nos temas envolvidos é importante, tendo em vista a relevância da questão. Cada expositor terá o tempo de 20 minutos, permitida a apresentação de memoriais.

### Ações Diretas de Inconstitucionalidade

A Adin 5.035 foi apresentada pela Associação Médica Brasileira (AMB) e a Adin 5.037, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários Regulamentados (CNTU). As duas entidades questionam diversos pontos da MP 621/2013, que altera o funcionamento dos cursos de graduação em medicina e a formação dos profissionais, bem como a contratação de médicos

para atuarem no âmbito da saúde pública, inclusive estrangeiros e brasileiros formados no exterior, dispensada a revalidação do diploma universitário. As normas possuem implicações nos campos de administração pública, educação, trabalho e, principalmente, saúde.

A CNTU formalizou a Adin 5.037 buscando a declaração de inconstitucionalidade da MP 621, em especial dos artigos 3.º a 11, 13 e 14. Já a Associação Médica Brasileira, na Adin 5.035, propôs pedido menos extenso, alcançando os artigos 7.º, incisos I e II, parágrafos 1.º, 2.º, incisos I e II, e 3.º; 9.º, incisos I e II e parágrafo 1.º; 10, parágrafos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º; e 11.

### Inscrições

Os interessados, pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, mas de adequada representatividade, e pessoas físicas de notório conhecimento nas áreas envolvidas, poderão manifestar seu desejo de participar e de indicar expositores na audiência pública até o dia 1.º/11/13. Os requerimentos de participação deverão ser encaminhados exclusivamente para o e-mail [audienciaMaisMedicos@stf.jus.br](mailto:audienciaMaisMedicos@stf.jus.br) até o referido prazo.

Texto publicado originalmente no site do CFM

**18 DE OUTUBRO,  
DIA DO MÉDICO.**



**A medicina  
é feita por  
pessoas  
que cuidam,  
respeitam  
e defendem  
a saúde das  
pessoas.**



Em todo o Brasil, há 400 mil médicos com diplomas legitimamente validados. Eles são responsáveis por milhões de exames, consultas e cirurgias realizadas, diariamente, nas grandes e pequenas cidades. Para que os brasileiros tenham atendimento que permita correto diagnóstico e adequado tratamento, os médicos precisam de mais recursos e melhor infraestrutura. E fazem dessa necessidade motivo de luta de toda a categoria.



[www.portalmédico.org.br](http://www.portalmédico.org.br)



**CFM | CRM-ES**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Defendendo princípios, aperfeiçoando práticas.